



EXPOSIÇÃO INTRODUTÓRIA

Desencantamento do mundo: a perda do sentido da dor e da morte

Disenchantment of the world: the loss of the meaning of pain and death

Luciano Caldas Camerino¹

Entende-se por secularização, conforme Max Weber, o processo pelo qual as várias dimensões da vida humana, no mundo ocidental – economia, política, moral, conhecimento, arte – vão se tornando gradativamente autônomas e submetidas a regras próprias, libertando-se da tutela religiosa sob a qual existiam, no mundo antigo e no medievo. Em consequência, a realidade passa a ser vista por outra perspectiva, marcada principalmente pelo desenvolvimento da Ciência, pela perspectiva da leitura matemática da realidade, e pelo desenvolvimento da técnica, o que acarreta o desencantamento do mundo, ou seja, o cosmos, os seres vivos, os homens, as relações sociais não são mais tidas como governadas por forças espirituais, influenciáveis por processos mágicos, nem representariam expressões da vontade divina, mas são apenas mecanismos ou processos que se desenvolveram segundo leis mecânicas e naturais, que podemos descobrir e mesmo controlar. Ainda que tais leis possam ter sido criadas por Deus, Ele não mais atua no mundo, que tem autonomia ontológica. Em consequência, o mundo dos valores passa a ter um sentido predominantemente subjetivo, distante da perspectiva do direito natural, em contraposição ao mundo dos fatos, que nada significam do ponto de vista metafísico.

O principal instrumento da dessacralização foi o desenvolvimento da ciência. Principalmente a partir de Galileu, aliando a experimentação e a teoria, a ciência moderna rejeita as explicações medievais a respeito do mundo. Desde Copérnico, a Humanidade foi sendo obrigada a admitir que o geocentrismo – base da teologia e das teorias cosmológicas medievais – não se sustentava; após toda uma vida de investigação, esse sacerdote polonês abandonou a teoria geocêntrica, demonstrando, de maneira racional, que o heliocentrismo era muito mais adequado para explicar os movimentos celestes. Em seguida, Kepler também se viu constrangido a rejeitar a

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Gama Filho (UGF). Atualmente, é professor titular do departamento de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: lucianosferatu@ufjf.br



cosmologia pitagórica que ele venerava, ao verificar experimentalmente que os planetas não se movem em círculos – formas consideradas perfeitas – mas em elipses, segundo leis mecânicas. O cosmos pitagórico, estético e hierárquico, a partir de Kepler é substituído por uma visão em que a natureza funciona desprovida de sentido e finalidade evidentes. Dessa forma, o sistema solar vai deixando de ser um organismo, uma expressão do pensamento divino, ou do Logos, e passa a ser explicado como um mecanismo regulado por leis físicas básicas, que serão posteriormente sintetizadas e enunciadas por Isaac Newton.

Enquanto a filosofia grega e medieval procurava entender a finalidade última das coisas, a leitura científica da realidade abandona toda a busca das causas finais. Não se pode saber, do ponto de vista empírico, porque as coisas são como são e para qual propósito elas existem, mas podemos investigar como se comportam do ponto de vista fenomênico, qual a regra que preside o seu movimento. Enquanto a religião pretendia explicar o sentido do mundo, a ciência se limita a investigar o seu funcionamento. Ao mesmo tempo, muda o papel do ser humano, que deixa de contemplar a harmonia do cosmos e passa a ser sujeito ativo, construtor do conhecimento, sujeito da História, sujeito moral.

Ao examinar o sistema solar munido de seu primitivo telescópio, Galileu pôde demonstrar que o Sol, ao invés de ser uma substância incorruptível, que simbolizava a natureza divina, era um corpo físico, sujeito a manchas e tempestades; da mesma forma a Lua, que marcava o início do mundo celeste - segundo a física aristotélica - não passa de um corpo semelhante à Terra, cheio de crateras e acidentes geográficos, conforme o florentino pode observar. Segundo a imagem medieval do mundo, a Terra, por ser o corpo mais pesado do universo, ficava em seu centro; em seu redor, giravam todos os corpos celestes. A partir da Lua, inclusive, o mais próximo dos astros que nos circundariam, todos os corpos seriam constituídos de éter, uma substância eterna e imutável. Assim, as diversas esferas traduziriam, numa ascensão até Deus, a escala das almas benditas e dos anjos, segundo uma hierarquia espiritual bem definida. Já o inferno, por ser mais pesado, ficaria localizado no interior da Terra, aprofundando-se cada vez mais, até alcançarmos a região onde habitaria o próprio Satanás. Essa imagem poética e antropomórfica da realidade, que ficou imortalizada na poesia de Dante (*A Divina Comédia*), foi invalidada pelas descobertas e argumentações de Galileu, que



ratificam e reforçam o heliocentrismo copernicano, aduzindo a ele novas demonstrações.

Para a filosofia medieval, a própria realidade revela ao ser humano os valores divinos, nela inscritos; o mundo seria uma escritura sagrada, aberta para todos os homens de boa vontade. Em consequência do desencantamento do mundo, os valores éticos não estão mais inscritos na realidade e passam a ser vistos como uma produção do sujeito racional, em uma perspectiva utilitarista ou deontológica. Como consequência, afirma-se que a natureza nada nos ensina, a não ser a luta brutal pela existência; a natureza, como o cosmos, são amorais em si; a luta pela vida, tal como explicada posteriormente pela Biologia de Darwin, nada tem de ética, pois os seres vivos, para sobreviverem, se valem de qualquer expediente e oportunismo, num processo doloroso e sangrento. Assim, o homem se sente solitário, diante de um cosmos que não mais lhe revela as glórias de Deus, onde os anjos não produzem mais suas eternas cantatas.

A morte também passa a ser vista de outra forma. Se antes era uma passagem para uma realidade maior, destino natural do ser humano, agora surgem dúvidas sobre a imortalidade. Com a modernidade, o apego à vida e às realidades desse mundo aumenta; o homem não se conformará mais em ser mortal, ou pelo menos desejará a vida mais longa e ativa possível. Da mesma forma, os rituais funerários vão perdendo a sua credibilidade. Segundo nos mostra a Antropologia a dor, antes de ser um fenômeno biológico e nervoso, é também uma construção social; ao atribuir algum significado ao sofrimento, a cultura o torna mais suportável. Em todos os tempos, os rituais funerários serviam não só para encaminhar a alma do morto para sua nova morada, mas, principalmente, para administrar a dor dos que continuam vivos e torná-la suportável, socializando-a.

Os ritos sociais da morte visam dominar a incerteza e a angústia, incorporando essa alteridade radical na ordem social e pessoal, evitando assim o caos e a instabilidade nas sociedades humanas. É provável que as primeiras manifestações da consciência humana tenham sido em relação à morte, pois que há dezenas de milhares de anos os homens já sepultavam seus semelhantes, de diferentes formas, buscando adornar o corpo, cobrindo-o com flores, pintando os ossos de ocre vermelho ou submetendo-o a diversos tratamentos, como a inumação, a cremação, o desmembramento, a ocultação, a



maquiagem, a higienização e até mesmo ao canibalismo. O corpo era um repositório de símbolos, e sua morte merecia ritos e cuidados especializados.

Uma importante mudança acontece, no mundo moderno, com relação ao corpo morto. No mundo medieval, em geral todos eram sepultados nas valas comuns; agora, a partir dos fins da era medieval, cada um deseja manifestar seu sentimento de propriedade em relação ao corpo, suporte de um individualismo nascente, através de túmulos distintos e particulares; o senso de coletividade desmorona, e cada um se encontra solitário diante da morte. Os testamentos passam a se preocupar mais com a destinação dos bens do que com o destino da alma após a morte, e passam a ser feitos por oficiais da Justiça, e não mais pelos sacerdotes.

Nessa lógica, não se acumulam boas ações, mas bens materiais; esses não são dispersos pelos pobres e pelas congregações, como costumava ser no medievo, mas são deixados para os descendentes através da herança. A dignidade humana passa a residir na alma, o corpo se tornou um objeto pertencente ao mundo natural, o que, aliás, legitima o desenvolvimento da Medicina; a sacralidade do corpo não é mais considerada, tornando possível a prática da anatomia e as dissecações, que abordam o corpo como desmontável e fragmentado, tal como uma máquina. Também se torna possível a divisão do trabalho em moldes industriais, já que, tal como um mecanismo, cada corpo trabalhador pode executar poucas funções, em benefício da eficiência e da eficácia cada vez mais desejadas.

Na maior parte das sociedades, no curso da história, a morte sempre foi um evento social, vivido de forma pública e coletiva. Como não se elaboravam as distinções modernas entre alma e corpo, a morte se explicava no plano do mito, da religião e depois da filosofia.

No momento em que o corpo é entendido como pertencente ao mundo natural, ele passa a outro domínio de inteligibilidade e de sentido. Até o advento da ciência, a partir do século XVI, as explicações religiosas cuidavam de ordenar o mundo e dotá-lo de significado. O destino de cada um e das coletividades se explicava pela vontade de Deus ou pela racionalidade do cosmos. Magia, orações, penitências, cerimônias sociais, eram formas consideradas válidas de influenciar a vontade divina, ou as forças sobrenaturais que tudo governavam.



Ao se conceber o ser humano como uma espécie biológica, dotado de uma realidade natural e ao pensar o corpo como um mecanismo explicável pelas leis da engenharia, da hidráulica, da anatomia, e da fisiologia, tal como fez pioneiramente René Descartes, no século XVII, o corpo entra no domínio do conhecimento científico e empírico, podendo então ser compreendido e posteriormente manipulado. A dessacralização do mundo e do corpo tornam, corpo e natureza, acessíveis à intervenção humana através da técnica.

Após descrever o coração de um animal, ou de um ser humano – Descartes foi taxidermista e talvez tenha efetuado dissecações humanas – é possível verificar de que modo, mecânico, ele funciona. Todo o movimento do corpo, escreveu ele, segue-se necessariamente da simples disposição dos órgãos, do calor que eles produzem, da mesma forma que o funcionamento de um relógio, ou de um autômato. (Discurso do Método, Quinta Parte).

Para Descartes, o corpo do homem é uma máquina, constituída de ossos, nervos, músculos, veias, sangue e pele; mesmo se não houvesse nela algum espírito, se moveria de todas as maneiras que faz atualmente, somente pela disposição de seus órgãos. Tal como um relógio avariado que não marca bem as horas, um corpo doente já não tem seu funcionamento adequado. (Meditação Sexta, n. 31).

Respondendo a diversos críticos, Descartes deixa patente que considera o espírito uma substância que pensa, de modo independente do corpo, que é uma substância extensa. Da mesma forma, o corpo pode ser pensado sem a alma, pois ambas são substâncias distintas, estando o espírito em uma realidade, e o corpo, em outra. Ambos podem existir um sem o outro. (Objeções e Respostas, proposição quarta).

Resumindo a visão cartesiana a respeito do homem, ser composto de espírito racional e corpo extenso, podemos encontrar essa afirmação, do próprio filósofo:

Assim, por não concebermos que o corpo pense de alguma forma, temos razão de crer que toda espécie de pensamento em nós existente pertence à alma: e, por não duvidarmos de que haja corpos inanimados que podem mover-se de tantas diversas maneiras que as nossas, ou mais do que elas, e que possuem tanto ou mais calor (o que a experiência mostra na chama, que possui, ela só, muito mais calor e movimento do que qualquer de nossos membros), devemos crer que todo o calor e todos os movimentos em nós existentes, na medida em que não dependem do pensamento, pertencem apenas ao corpo (As Paixões da Alma, Artigo 4).



Portanto, pode-se concluir, segundo Descartes, que não é ausência da alma que faz cessar os movimentos e o calor, no caso dos corpos mortos. Ao contrário, a alma só se ausenta quando se morre, porque esse calor cessa, e porque os órgãos que servem para mover o corpo se degradam.

A fim de evitarmos, portanto, esse erro, consideremos que a morte nunca sobrevém por culpa da alma, mas somente porque alguma das principais partes do corpo se corrompe; e julguemos que o corpo de um homem vivo difere do de um morto como um relógio, ou outro autômato (isto é, outra máquina que se mova por si mesma) quando está montado e tem em si o princípio corporal dos movimentos para os quais foi instituído, com tudo o que se requer para a sua ação, difere do mesmo relógio, ou outra máquina, quando está quebrado e o princípio de seu movimento para de agir (*As Paixões da Alma*, Artigos 4 e 6).

A leitura cartesiana do mundo se insere num projeto novo de conhecimento. Não se trata mais do olhar contemplativo e desinteressado em relação ao real; conhecer passa a significar descobrir as relações entre causas e efeitos, que traduzem o funcionamento da natureza. Sendo o corpo uma simples máquina, ele pode ser aperfeiçoado, consertado e mantido indefinidamente em funcionamento, graças à Medicina. Com a filosofia cartesiana, surge a noção de morte natural, isto é, a liberação da alma e sua transcendência em relação ao corpo produzem a noção de “biológico”, onde o corpo se insere. A morte não é mais assunto da religião, passa ao domínio da ciência. A medicalização da morte cria a noção de morte natural, que é aquela causada pelo esgotamento dos órgãos, e que pode ser indefinidamente adiada, na medida em que a medicina puder intervir no funcionamento do organismo humano.

Ao distinguir de forma enfática o corpo da alma, inserindo-o na ordem natural, Descartes contribui para o desenvolvimento da ciência médica moderna.

Assim, nessa linha, a morte é vista como algo natural. Se antes a morte acontecia porque a alma se afastava do corpo, agora temos o raciocínio inverso: o corpo, incapaz de funcionar, provoca a saída da alma. O entendimento da morte se dá no plano natural, do corpo, e não no plano sobrenatural, da alma. Sendo dessa forma, a manutenção ou a recuperação da saúde prolongam indefinidamente a vida e impedem que a alma se retire do seu veículo material. Essa perspectiva é a de domínio sobre a natureza, que se desenvolve em consonância com a expansão do racionalismo, da ciência e do capitalismo.



A ideia de “morte natural” dessacraliza a morte, e a retira do mundo da religião e do domínio eclesiástico; agora, morrer é explicável segundo os ensinamentos da moderna medicina, e se insere no campo político dos médicos, dos agentes de saúde, e depois dos próprios governos, que administram a vida da população: ter uma população saudável e longeva garante a oferta de mão de obra para as nascentes indústrias, da mesma forma que assegura o suprimento de soldados para os exércitos modernos, que se baseiam não mais nas disputas entre cavaleiros medievais, mas na guerra entre grandes contingentes humanos devidamente disciplinados.

Por outro viés, os homens não se conformam mais com a brevidade da vida. Se é possível entender e explicar as causas da morte, também é possível controlar e interferir nesses processos, evitando as mortes precoces, as mortes por doenças curáveis, as mortes violentas, a mortalidade infantil, as mortes por problemas sanitários. Temos, agora, a medicalização da morte.

Em tempos anteriores, cabia ao médico ajudar o doente a se curar, entendendo sempre que seu papel era o de fortalecer a própria natureza, que era em última análise a fonte de toda cura. No entendimento da medicina antiga, os doentes se curam por que dispõem de uma força vital regeneradora, que o médico pode fortalecer ou favorecer. Mas, não sendo possível essa ação o médico medieval, formado inicialmente em Teologia, se encarregava de preparar o doente para morrer, identificando os sinais precursores da morte e a tornando mais suave, se o moribundo assim expressamente o desejasse. Mas não fazia parte de sua ação a luta contra a natureza e o combate contra a morte. Adiar a morte, evitar a sua chegada, seriam ações contrárias aos desígnios divinos, uma espécie de blasfêmia ou impiedade. Não havia sentido em adiar a possível entrada no Paraíso, em troca de uma vida sofrida e limitada nesse mundo.

Conforme relata o antropólogo José Carlos Rodrigues, tivemos, nesse momento da humanidade, no início da Idade Moderna, uma luta intensa entre os médicos, representantes da ciência, e os sacerdotes, embaixadores da fé. Os confessores desejavam estar junto aos moribundos, na sua hora final, sobrepondo-se aos médicos; os primeiros queriam cuidar da alma que partia, enquanto esses últimos tentariam, mais uma vez, adiar a morte, ocupando-se do corpo.

Em conformidade com essa nova mentalidade, também muda o conceito de doença. Para os pensadores antigos, desde a medicina grega, a doença era uma



desarmonia entre o ser humano e o mundo, um transtorno de dimensão cosmológica. A busca da cura se dava pela investigação da adequada “dieta” apropriada a cada um; através do conhecimento dos temperamentos, cada pessoa poderia conhecer a si mesma, e assim adequar-se ao mundo, ao clima e ao lugar onde vivia, adotando uma alimentação e exercícios que se ajustavam à sua natureza particular. Dieta, aqui, não significa uma prescrição alimentar, mas o modo de vida correto para cada um. O médico se confundia com o filósofo e com o observador da natureza, pois que, para a recuperação de cada um, a saúde exige um equilíbrio interno e também harmonia em relação ao mundo natural. Não temos, nessa perspectiva, a ideia de que o doente seja um ser passivo, um “paciente”, que será curado pela ação cientificamente explicável dos remédios. Cabe ao doente cultivar o autoconhecimento, a observação de si mesmo e da natureza, e procurar ativamente essa harmonia, através da ginástica, da música e da Filosofia, conforme escreveu Platão.

Segundo a ciência moderna e a microbiologia, a doença é principalmente o resultado de agressões vindas do exterior. O mundo, antes benévolo e acolhedor, agora é considerado uma fonte de ameaças; no século XIX, com a descoberta dos seres microscópicos, essa visão será notavelmente fortalecida. A natureza deixa de ser curadora e passa a ser fonte de micróbios e outros seres daninhos que exigem combate e cuidados.

Dessa forma, faz parte da função médica prolongar a vida. A princípio, os ricos, os membros de uma nascente burguesia querem continuar trabalhando e enriquecendo. Tal como as suas máquinas, devem produzir até o limite possível; em período anterior, também os nobres, os papas e os reis desejavam viver mais, pois sua sucessão é problemática, dá ensejo a disputas. Ideal que seja adiada...

Ao fazer com que seus filhos estudem, a burguesia prolonga sua vida útil e permanece mais tempo à frente dos seus negócios. O indivíduo não quer mais pensar na sua morte, que sempre precisa ser postergada; mesmo doente, espera ainda ser curado. Para o médico, não conseguir a cura do doente é um fracasso pessoal e da ciência médica. Assim, a morte sai do domínio da religião, se seculariza, passa a ser um acidente infeliz, que deve ser evitado, que não deve ser comentado, do qual não se deve ocupar. Da mesma forma que o doente não quer falar a respeito da sua morte, o médico não tem como prepará-lo para ela, pois só estuda as doenças e nada entende do



significado da vida. A condição de saúde de alguém é um segredo profissional do médico, e também um segredo comercial; a vida passa a ter o sentido do capital, continuar vivo é permanecer inserido na produção.

O silenciamento e invisibilização social da morte faz com que, a partir do século XVIII, proliferem as histórias de fantasmas, de aparições, de mortos vivos que retornam, de vampiros, de pessoas enterradas vivas. Nesse sentido, temos também o afastamento físico dos mortos, na medida em que os cemitérios, antes situados no interior das cidades, agora são deslocados, alegando-se para tanto as razões da higiene e da salubridade. Também a própria Igreja já não deseja sepultar, em seu interior, os seus sacerdotes, os seus benfeitores, os seus fiéis; não mais se deseja a convivência com os mortos.

Todo um medo da morte e dos mortos se desenvolve: acredita-se que as emanções dos cemitérios produzem doenças; os moradores vizinhos dos campos santos afirmam ter os seus alimentos precocemente deteriorados; os metais preciosos se degradam e perdem o seu brilho se expostos a tais emanções, segundo alguns. Conta-se de coveiros mortos pelo contato com gases emanados de corpos sepultados; a terra outrora santa agora é considerada contaminada; os mortos não podem ficar em casa ou aí serem velados, precisando ser logo conduzidos ao seu enterro. Os sepulcros são lacrados, os corpos colocados dentro de caixões que, por sua vez, ficam em túmulos cimentados. E, nessa mesma linha, somente a família acompanha a agonia, ou nem mesmo ela, extinguindo-se a publicidade medieval da morte. E, depois, as mortes passam a acontecer nos espaços solitários dos hospitais e são registradas pelas máquinas, já que as famílias não costumam estarem presentes, por que não estão autorizadas ou porque não desejam ou não suportam presenciar e assistir à agonia dos seus familiares. Mesmo o luto, já no século XX, não pode ser demonstrado, porque perturba a ordem social e afeta as emoções das pessoas, sendo necessário que o sofrimento seja individual, silencioso, invisível, privado e rápido. Todos os sinais evidentes da morte – cortejos, sinos badalando, janelas fechadas, trajes escuros, recolhimento, cartazes, missas, condolências – vão gradativamente desaparecendo. Já não existem mais os ritos funerários, e a dor da perda terá que ser discutida no ambiente dos consultórios de psicólogos, médicos e terapeutas, eventuais substitutos dos sacerdotes. Ao invés da morte pública, temos a privatização da morte.



As crianças não podem assistir ao processo da morte; mesmo os velhos, ainda que moribundos, precisam desempenhar o papel social que se espera dos doentes: obediência às prescrições médicas, docilidade aos tratamentos, não aparentar estar morrendo, empenho em continuar vivo mesmo que em intenso sofrimento. Não se deve morrer em casa, mas no hospital, local apropriado para tal fim. E mesmo no hospital, a gestão da morte é transferida para empresas funerárias, que cuidam dos detalhes e dos procedimentos devidos para que as pessoas sejam enterradas ou cremadas, isto é, que saiam do circuito social o mais rapidamente possível. Também cabe à essas empresas disfarçar os sinais da morte, maquiando e “embelezando” os cadáveres.

Conforme afirma José Carlos Rodrigues, nossa sociedade está dominada pela analgesia. Trata-se de fugir da dor: a capacidade de enfrentar a dor, de gerir a própria saúde e, por consequência, a própria morte, são transferidas do indivíduo para as instituições hospitalares e médicas. A dor não tem mais nenhum sentido existencial; ao contrário do que pensavam os antigos gregos e o cristianismo medieval, a dor hoje nada significa, a não ser um fenômeno fisiológico que deve ser silenciado através de medicamentos apropriados; da mesma forma que a dor, a morte também precisa ser afastada, ocultada, ignorada até pelos moribundos.

Nesse sentido, considerando essa realidade, se torna necessário discutir a condição de sujeito do homem diante de sua saúde e de sua morte:

- Cada pessoa tem o direito de ter uma boa morte. O que vem a ser uma boa morte? Quais são os direitos que temos nesse sentido? Até quando devemos viver? Temos o direito de abreviar a vida quando o sofrimento é insuportável e intolerável?

- Cada pessoa pode e deve fazer o seu testamento vital, onde deixa explicitado o que deseja ou não deseja que seja feito em seu tratamento médico. Na internet existem fórmulas jurídicas adequadas à redação do Testamento Vital, que deve ser registrado em cartório. É importante que haja alguma pessoa indicada para zelar pela sua execução fiel. Seus familiares e amigos próximos devem estar informados da existência desse documento. Transformado pela modernidade em evento também jurídico, a morte exige documentação, manifestação de vontades, processos, inventários, testamentos. Se o moribundo não produziu esses documentos, caberá aos familiares cuidar de todas essas questões. Até mesmo as redes sociais dispõem de mecanismos para que antigos



usuários, agora mortos, tenham seu legado virtual administrado ou encerrado em definitivo.

É fundamental discutir clara e francamente essa questão, principalmente diante de doenças graves ou situações terminais. Como escreveu Rubem Alves, há a dor da morte e a dor das mentiras. Se ninguém se dispõe a falar a respeito com o moribundo, ele fica em uma grande solidão. Outro risco é a distanásia, que consiste no tratamento extremado e perseverante diante de uma realidade que não poderá ser revertida. Uma importante tarefa da Medicina é a de aliviar a dor. Escreveu Rubem Alves:

Não quero morrer com dor. Nesse ponto para isso serve a ciência: para me tirar a dor. Muitos médicos se enchem de escrúpulos por medo de que os sedativos matem o doente. Preferem deixá-lo sofrendo a fim de manter limpa e sem pecado sua própria consciência. Com isso eles transformam o fim harmonioso da melodia que é a vida num acorde de gritos desafinados (Alves, 2006).

A dor coloca em questão a relação do indivíduo com o mundo, lembrando ao homem o fundamento físico de sua existência. Revela a dimensão solitária da condição humana, por ser incomunicável e intransferível; se a alegria é expansão, a dor interioriza, e pode mesmo despersonalizar, fazendo com que o interesse pelo mundo se perca.

A modernidade considera a dor um arcaísmo a ser erradicado. Se no passado a dor tinha muitos sentidos, como o de arrancar o homem de seus limites e alargar os seus horizontes, a ideologia do progresso tem na luta contra a dor um de seus objetivos centrais. A banalização da analgesia e dos anestésicos aliviou uma grande parte das dores humanas, mas rebaixou o limiar de tolerância ao sofrimento das pessoas e da cultura. Em nosso tempo, a perda do sentido da dor foi substituída pelo ideal da euforia perpétua; ao mesmo tempo, a dor crônica se tornou um dos flagelos de nosso tempo.

A medicalização da dor é o único sentido disponível, atualmente, para o sofrimento humano. O avanço da Medicina despojou o homem de sua responsabilidade, pois a doença é uma questão relativa aos médicos; passivo e paciente, o doente aguarda e espera que todos os seus padecimentos possam ser identificados, nomeados e tratados.

Todas as sociedades humanas procuraram integrar a dor em sua visão de mundo, inserindo-a numa rede de causalidades e fornecendo os recursos simbólicos e práticos para combatê-la. Modulada pela cultura, a dor adquire muitos significados no tempo e



no espaço, da mesma forma que o corpo, antes de ser um conjunto de órgãos e funções, é uma estrutura simbólica. Compreender o significado da dor é compreender o significado da vida. A dor lembra ao homem a sua finitude; abolir a dor é abolir a sua humanidade.

Os mecanismos de alívio da dor devem estar disponíveis aos pacientes em estado terminal ou padecendo de doenças prolongadas e dolorosas. Faz parte da concepção dos Cuidados Paliativos que a dor deva ser aliviada da melhor forma possível; mesmo os pensadores religiosos não consideram errado, do ponto de vista ético, que algum faleça vítima de uso intensivo de analgésicos, quando está vítima de dores insuportáveis, mesmo que venha a falecer por conta desses medicamentos, desde que sua morte não tenha sido desejada.

Os Cuidados Paliativos afirmam a vida e encaram a morte como um processo normal, que não deve ser apressado nem adiado; pretendem oferecer às pessoas condições para que vivam o mais ativamente possível até o seu momento final, buscando ainda amparar a sua família. Segundo a sua filosofia, criada pela médica Cicely Saunders, o sofrimento somente é intolerável quando dele ninguém cuida. Na visão dessa médica, a hospitalização e a medicalização da doença, como recurso único, produzem a “dor total”, que é a enfermidade acrescida do isolamento, da impotência e da heteronomia a que o paciente é submetido pelo tratamento médico convencional. É necessário devolver ao doente a sua condição de sujeito, da qual ele foi despojado. Segundo escreveu Jean-Paul Sartre, “morrer é perder toda a possibilidade de revelar-se como sujeito a um outro”. (Sartre, 1998, p. 668). O que os Cuidados Paliativos pretendem é evitar a morte em toda essa dimensão total, preservando ao máximo a condição humana de sujeito de direitos.

Defender a vida acima de tudo, proclamar a reverência diante da vida, é um princípio ético absoluto. Mas, o que seria a vida? Escreveu Rubem Alves:

“Um materialismo científico grosseiro define a vida em função de batidas cardíacas e ondas cerebrais. Mas será isso que é a vida?”

Pergunta Rubem Alves:

“A vida não será como a música? Uma música sem fim seria insuportável. Toda música quer morrer. A morte é parte da beleza da música (...). A vida não pode ser medida por batidas cardíacas ou ondas elétricas. Como um instrumento musical, a vida



só vale a pena ser vivida enquanto o corpo for capaz de produzir música, ainda que seja a de um simples sorriso.” (Alves, 2008).

Prossegue Rubem Alves:

“Mas tenho muito medo de morrer. O morrer pode vir acompanhado de dores, humilhações, aparelhos e tubos enfiados no meu corpo, contra a minha vontade, sem que eu nada possa fazer, porque já não sou mais dono de mim mesmo; solidão, ninguém tem coragem ou palavras para, de mãos dadas comigo, falar sobre a minha morte, medo de que a passagem seja demorada. Bom seria se, depois de anunciada, ela acontecesse de forma mansa e sem dores, longe dos hospitais, em meio às pessoas que se ama, em meio a visões de beleza.”

“Muitos dos chamados ‘recursos heroicos’ para manter vivo um paciente são, do meu ponto de vista, uma violência ao princípio da ‘reverência pela vida’”. Porque, se os médicos dessem ouvidos ao pedido que a vida está fazendo, eles a ouviriam dizer: “Liberta-me” (Alves, 2003).

Referências bibliográficas

ALVES, Rubem. Sobre a morte e o morrer. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12 out. 2003.

ALVES, Rubem. Doutor, será que saio dessa? São Paulo, *Folha de São Paulo*, 27 de junho de 2006.

ALVES, Rubem. Eutanásia. São Paulo, *Folha de São Paulo*, 08 de janeiro de 2008.

BAYARD, Jean-Pierre. *Sentido Oculto dos Ritos Mortuários*. Tradução de Benôni Lemos. SP, Editora Paulus, 1996.

CESAR, Bel. *Morrer não se improvisa*. São Paulo, Editora Gaia, 2001.

DESCARTES, René. *As Paixões da Alma*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo, Abril Cultural, 1979.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo, Abril Cultural, 1979

DESCARTES, René. *Meditações*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo, Abril Cultural, 1979

DESCARTES, René. *Objecções e Respostas*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo, Abril Cultural, 1979



KOVACS, Maria Júlia. *Educação para a Morte*. São Paulo. Casa do Psicólogo/FAPESP, 2012

LE BRETON, David. *Compreender a dor – um estudo sobre a relação do Homem com a dor física em diversos tempos e em diversas culturas*. Tradução de Manuel Anta. Cruz Quebrada (Portugal,) Editora Estrela Polar, 2007.

LEPARGNEUR, Hubert. *Antropologia do Sofrimento*. São Paulo, Editora Santuário Aparecida, 1985.

MENEZES, Rachel Aisengart. *Em Busca da Boa Morte*. Antropologia dos Cuidados Paliativos. RJ, Fiocruz, 2004.

NALINI, José Renato. Pronto para partir? Reflexões jurídico-filosóficas sobre a morte. São Paulo, *Revista dos Tribunais*, 2014.

PESSINI, Leo e BERTACHINI, Luciana. *O Que entender por Cuidados Paliativos?* São Paulo, Editora Paulus, 2006.

RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da Morte*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1983.

SANTOS, Franklin Santana (organizador). *A Arte de Morrer*. São Paulo, Editora Comenius,

SARTRE, Jean-Paul. *O Ser e o Nada*. Tradução de Paulo Perdigão. Petrópolis, Editora Vozes, 1998

VARELLA, Drauzio. *Por um Fio*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2007.